

# Sarney fará reforma e quer fidelidade das bases

Eliane Cantanhede

BRASÍLIA — Três articuladores do movimento pelos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney — ministro Prisco Vianna (Habitação), ministro Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara — anunciaram que haverá uma reforma em todos os escalões da administração federal, para adaptar o governo à nova maioria parlamentar surgida com o *Centrão*. Enquanto vão baixando ou subindo as cotações dos ministros, com base no empenho pelos cinco anos, a reforma começa a se delinear nas agências de órgãos federais nos estados. O Planalto começará a cobrar fidelidade nas bases.

“O governo tem que governar com suas bases políticas. Onde forem necessários ajustes, eles serão feitos”, disse Prisco. “Não há mais por que admitir no governo quem está contra os cinco anos”, acrescentou Antônio Carlos. “Já conseguimos derrubar alguns ministros, mas faltam outros”, arrematou José Lourenço, um dos expoentes do *Centrão*, o grupo de centro-direita da Constituinte, na terça-feira. Três dias depois, contudo, o mesmo Lourenço explicaria que a saída de Aníbal Teixeira do Ministério do Planejamento já havia resolvido a questão e que a reforma, a partir daí, seria “nas bases”.

De toda forma, não faltam elogios aos ministros que trabalharam com afinco para colher assinaturas para a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que restabelece os cinco anos de mandato, como também não faltam críticas aos considerados omissos ou mesmo suspeitos de compactuarem com a tese oposicionista dos quatro anos.

**Lição de Tancredo** — Um assessor do Palácio do Planalto explicou que está em franca execução uma lição ensinada pelo falecido presidente Tancredo Neves a um Sarney que, na época, deveria ser apenas o vice-presidente. Tancredo ensinou que, para colher frutos políticos, é muito mais importante manter a expectativa de uma reforma ministerial do que propriamente fazê-la. Motivo: mantida a expectativa dos candidatos, cria-se o medo da perda do cargo em quem o ocupa — e o resultado, de ambos os lados, é fidelidade; feita a reforma, o risco é de, a cada novo aliado, perderem-se nove dos antigos.

Os ministros que mais se empenharam na vitória das assinaturas da emenda Iensen foram Antônio Carlos Magalhães e Prisco Vianna, dois estrategistas políticos do governo. No dia 28 de dezembro, por exemplo, enquanto o governador Moreira Franco recepcionava no Rio um grupo de líderes pemedebistas defensores dos quatro anos de mandato, os

dois, um em seguida ao outro, telefonaram para o governador do Paraná, Alvaro Dias, pedindo que fizesse uma declaração pública de apoio a Sarney. Seria um antídoto contra o que se articulava no Rio. Feita a declaração, Dias recebeu novo telefonema de Prisco, anunciando que o Paraná receberia Cz\$ 300 milhões, a fundo perdido, para obras de saneamento.

Semana passada, Dias desfilou com desenvoltura pelos gabinetes federais e foi homenageado por Prisco com um almoço na sede da Caixa Econômica Federal. Ao mesmo tempo, Antônio Carlos reforçou a dose de prestígio, declarando que o governador do Paraná “reagira bravamente” às pressões de Moreira Franco.

Além de Antônio Carlos e Prisco, outros ministros se empenharam pelos cinco anos. O da Reforma Agrária, Jader Barbalho, destacou-se nas críticas “aqueles que têm um pé dentro e outro fora do governo”. Assim ajudou a mostrar que no PMDB há quem apoie os cinco anos, sem ser do *Centrão*. Jader é quase fundador do extinto MDB e comanda o PMDB no Pará, onde só dois constituintes do partido não assinaram a emenda Iensen: o senador Almyr Gabriel e o deputado Benedito Monteiro.

**Amigos omissos** — Entre os considerados omissos, ironicamente estão três dos maiores amigos de Sarney no governo: os ministros dos Transportes, José Reynaldo Tavares; da Irrigação, Vicente Fialho; e das Relações Exteriores, Abreu Sodré, que compuseram a cota pessoal do presidente na reforma ministerial de janeiro de 1986. Nenhum deles lidera parlamentares no Congresso, mas os ferrenhos defensores dos cinco anos lembram que Reynaldo, por exemplo, tem uma apreciável máquina para concessão de favores nas mãos e não a usou.

Imperdoável seria a posição do ministro da Justiça, Paulo Brossard, que foi senador oito anos e apesar da experiência política nada faz pelos cinco anos. Sobram recriminações para o ministro da Administração, Aluizio Alves, outro grande amigo de Sarney, por não ter conseguido reunir na primeira hora as assinaturas de seu filho e seu genro, deputados Henrique Eduardo e Ismael Wanderley, ambos do PMDB, em apoio à proposta dos cinco anos.

“Se meu filho não apoiasse logo os cinco anos, eu seria o primeiro a pedir demissão do governo”, disse Antônio Carlos na reunião ministerial do Palácio da Alvorada, quinta-feira retrasada, consurando Aluizio. O líder José Lourenço deu mais detalhes: “O Henrique e o Ismael assinaram o documento do *Centrão*, mas depois tiraram a assinatura. Por fim, foi uma novela colher a assinatura deles para a emenda Iensen. Um informante com acesso ao gabi-

nete de Sarney contou que o próprio presidente teve que telefonar a Aluizio Alves, cobrando as assinaturas dos dois, e só então elas foram dadas.

**Archer de fora** — Ninguém ousou cobrar do ministro da Previdência Social, Renato Archer, engajamento na cruzada pelos cinco anos. Afinal, trata-se de antigo adversário de Sarney na política do Maranhão. Frequenta a *turma do poire*, que cerca o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, com quem Sarney está rompido. Por tudo isso, qualquer pressão sobre Archer teria sentido de retaliação pessoal, o que o Palácio do Planalto rejeita.

Além disso, o deputado José Lourenço, que ao falar em reforma ministerial no início da semana se referia também a Archer, começou a mudar de posição, depois de ter conversado com ele por mais de duas horas quarta-feira à noite, no ministério. Lourenço reclamou que um apadrinhado da delegacia do Funrural no município baiano de Jaguaruara fora demitido, e substituído por um partidário do mandato de quatro anos. Archer negou, mas no dia seguinte recebeu do líder do PFL uma cópia do ofício de exoneração. Acertaram, então, que isso não se repetiria na Bahia nem nos demais estados.

“Estamos ambos empenhados em ajudar o presidente a tirar o Brasil da crise”, disse Lourenço depois, fértil em elogios à seriedade de Archer e justificando a demissão do correligionário como punição merecida por ato de insubordinação. “Muitas vezes não se cumprem nos estados as ordens Brasília”, comentou o líder do PFL, para argumentar que por isso é necessário dar os cargos federais nos estados a aliados de Sarney e da tese dos cinco anos. Archer, por sua vez, admitiu que a conversa havia sido “ótima, excelente”.

**Em observação** — Situação semelhante à de Archer é a do ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, que foi líder da bancada do PMDB com apoio dos defensores dos quatro anos. No dia 13 passado ele deveria embarcar às 7h da manhã para São Paulo, onde se encontraria com o governador Orestes Quércia, numa solenidade do Instituto de Biotecnologia do Butantã, e depois almoçaria com a diretoria do Bradesco. Minutos antes do embarque, mandou um bilhete para um assessor.

“Não poderei ir. Preciso ficar em Brasília por questões políticas”, dizia o bilhete que, traduzido, significava a opção do ministro: ele ficou para poder participar do esforço concentrado para a coleta de assinaturas. Ficou e assim neutralizou a reação interna contra ele. Mas a prova de lealdade não foi bastante para que, no Planalto, deixasse de ser considerado ministro em observação.

## Ministro ‘perfeito’ defende 5 anos

Os candidatos ao ministério do presidente José Sarney não precisam necessariamente do PMDB ou do PFL — aliás, sequer precisam ser políticos. Mas devem ser fiéis ao governo, por natureza ou convicção, antes em defesa dos cinco anos de mandato e hábeis no manuseio dos recursos políticos, administrativos e orçamentários, para conquistar o apoio de constituintes, governadores e prefeitos.

O ministro perfeito, para essa fase final de definição do mandato, é aquele que simpatiza com o *Centrão*, compactua com as teses de liberdade para o capital privado e de estabilidade relativa no emprego, tem no currículo alguma passagem pela antiga Arena ou pelo PDS e, ainda, providencial ojeriza aos históricos do PMDB e aos modernos do PFL, que defendem os quatro anos. De preferência, esse ministro potencial não

visita há meses os presidentes dos dois partidos, respectivamente Ulysses Guimarães e Marco Maciel.

Ajuda muito ser da área da Sude, ou seja, de Minas Gerais ou de algum Estado do Nordeste. Se não precisa ser nenhum PhD, como os mentores da economia no início do governo, é bom estar preparado para os testes de múltipla escolha, onde todas as questões estarão intimamente relacionadas ao mais atual tema da realidade brasileira: o mandato de cinco anos. Mas é bom estudar também um pouco sobre sistema de governo, pois o Palácio do Planalto está com o presidencialismo e não abre.

Na prova escrita, convém discorrer sobre os mais e os menos conhecidos livros do imortal José Sarney, não ser ignorante em poesia, afinetar Ulysses e Maciel e abusar dos termos “unidade”, para se referir à

equipe de governo, e “tração”, destinado aos que não estão com os cinco anos. No mais, atenção às pequenas obras que têm objetivos políticos e à caderneta de endereços recheada de adeptos dos cinco anos, sem esquecer, por exemplo, o governador de Minas, Newton Cardoso.

A possibilidade de fraude nessa espécie de vestibular unificado é mínima porque, ao contrário do que ocorreu no Rio de Janeiro e em Goiânia, Porto Alegre e São Paulo, em Brasília os fiscais são rigorosíssimos. Trata-se dos experientes articuladores políticos do governo, os ministros das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e da Habitação, Prisco Vianna, ambos baianos. Aliás, uma boa dica é não só se aproximar deles, mas, principalmente, seguir seu exemplo de atuação. Estes, sim, são os ministros perfeitos.



**Antônio Carlos** — É considerado o primeiro-ministro de Sarney. Detonou o novo estilo do governo, que saiu da defesa para o ataque. Tem nas mãos a máquina das Comunicações, responsável pelas concessões de emissoras de rádio e canais de TV. Oficialmente, colheu 59 assinaturas para a emenda Iensen, mas ele admite que “foi muito mais que isso”.



**Prisco Vianna** — Expert em Congresso e congressistas, faz a ponte política entre a Habitação (onde se encaixam os programas da Caixa Econômica Federal, de grande apelo popular) e os defensores do mandato de cinco anos. De todos os ministros é o que mais bem conhece o presidente, foi secretário-geral do PDS sob a presidência de Sarney.



**Costa Couto** — Tido como fiel e eficiente, nunca foi político, mas é pau para toda obra. Vira porta-voz quando Sarney não tem um oficial; é candidato a todos os ministérios que ficam vagos; marca as reuniões com os ministros; e, sobretudo, discrimina as audiências em Palácio de acordo com os interesses (quatro ou cinco anos) do presidente.



**Jader Barbalho** — Na reunião do Alvorada em que se formalizou a participação dos ministros na coleta de assinaturas para a emenda Iensen, fez um elogiado discurso contra “os que têm um pé dentro e outro fora do governo”, e entrou firme no trabalho. Ministro da Reforma Agrária, gere uma área explosiva sem criar problemas para Sarney.



**Borges da Silveira** — Tem sido cada vez mais atraído para o centro das articulações políticas do governo. Deputado federal sem grandes votos, no Ministério da Saúde vem acatando disciplinadamente as ordens do Planalto. Colheu assinaturas para a emenda de Matheus Iensen e faz a ponte com os partidários do mandato de cinco anos do sul.



**Mailson da Nóbrega** — Nomeado pelo presidente sem consultas a partidos, inaugurou a fase que Antônio Carlos anuncia como “a do novo Sarney”. Não entra na ação política, porque não é do ramo, mas tem a missão de acabar com as fantasias heterodoxas de seus antecessores e tirar a economia do buraco, o que já seria uma grande ajuda aos cinco anos.



**João Batista Abreu** — Como Mailson, é um técnico ortodoxo. Trabalhou com os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto. No seu caso, contudo, há dois fortes componentes políticos: foi indicado pelo governador Newton Cardoso, partidário dos cinco anos, e o Planejamento tem instrumentos de apelo eleitoral muito mais diretos que a Fazenda.



**Iris Rezende** — Forma uma dobradinha eficaz com o governador Henrique Santillo, não foi por acaso que 12 dos 13 constituintes do PMDB de Goiás deram seu aval à emenda Matheus Iensen. O Ministério da Agricultura é forte em todo o país, mas se torna especialmente apetitoso para os interesses políticos do governo no Centro-Oeste.



**João Alves** — Responsável pela única vitória do PFL em 86 (dos 23 governadores, só o de Sergipe não pertence ao PMDB), é tido como bom de voto, encaixando-se perfeitamente na nova fase do governo — voto pelos 5 anos, custe o que custar. A pasta do Interior tem longo alcance e vitalidade, e ele sabe direcioná-la segundo os interesses do Planalto.



**Renato Archer** — Um caso peculiar. Adversário de Sarney no Maranhão e grande amigo do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, tem se mantido imune à ação dos quem derrubá-lo. Admite não haver colhido assinaturas para a emenda Iensen — “Não faz parte do meu trabalho” — mas diz que contribuiu com o governo administrando bem a Previdência.



**Aluizio Alves** — Velho amigo de Tancredo e de Sarney, manteve-se como conselheiro informal, mas nunca esteve tão aliado do centro de articulações como agora, quando Antônio Carlos e Prisco assumem a dianteira. Contra ele pesa a posição indecisa, diante dos cinco anos, de seu filho e de seu genro, deputados Henrique Eduardo e Ismael Wanderley.



**Aureliano Chaves** — Bem ao seu estilo, anuncia publicamente que é favorável aos cinco anos e ao presidencialismo, mas não considera ético pressionar os constituintes. O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, diz contudo que Aureliano atuou firme pelos cinco anos na bancada mineira. Não participa da cúpula que dita as regras do jogo.